

## Simuladão Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

É com muita alegria que lhe envio o Simuladão de Direito Eleitoral para o TRE-Pernambuco. O gabarito será disponibilizado em minha página e site na próxima segunda-feira. Fique de olho! Qualquer dúvida, me envie e-mail para [contato@eleitoralcombruno.com.br](mailto:contato@eleitoralcombruno.com.br).

---

### Questão 1

Os órgãos da Justiça Eleitoral possuem composição híbrida, além disso o Código Eleitoral estabelece competências originárias e privativas para cada um dos órgãos. A respeito da composição e competência, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os três ministros do STF que compõem o TSE ficam impedidos de voto em questão constitucional no processo eleitoral em que atuarem.
- b) Compete privativamente ao TSE esclarecer sobre matéria eleitoral, tendo tais esclarecimentos caráter normativo.
- c) O presidente do TRE é desembargador estadual, e não federal, cuja nomenclatura foi recente, e não ao tempo da CF/88, logo, a escola para presidência do TRE será um membro do Tribunal de Justiça, até porque são dois desembargadores do TJ, em que um será o Presidente, e não do TRF.
- d) As juntas eleitorais são órgãos colegiados da Justiça Eleitoral com duração efêmera e competência exclusiva e limitada.
- e) Compete ao Tribunal Regional Eleitoral, por seu pleno, aprovar os nomes que forem indicados pelo Juiz Eleitoral para comporem as juntas eleitorais, mas ao Presidente do Tribunal competente a nomeação.

### Questão 2

Eleitor, do latim *elector* (aquele que escolhe), designa a pessoa apta juridicamente a participar do processo de escolha de representantes que, em seu nome e de outros eleitores, exercerão um mandato eletivo. Assim, com o alistamento eleitoral, o cidadão adquire a qualidade de eleitor. Sobre o alistamento eleitoral e o voto, assinale a alternativa correta:

- a) O TSE não permite que outra pessoa vote pela/para pessoa portadora de necessidades especiais onerantes, desde que não seja candidato, devendo, em regra, ser pessoa da família ou alguém não ligado a partido político.

- b) A quitação militar é exigida ao índio integrado.
- c) A cidadania se adquire com a qualidade de eleitor e se manifesta documentalmente pela posse do título eleitoral. Neste sentido, ela é obtida por meio do alistamento militar, em que se faz a qualificação e a inscrição do nacional como eleitor.
- d) O menor que completar 16 anos até a data das eleições, é obrigatório o alistamento eleitoral, caso contrário não poderá votar nas eleições. Uma vez alistado, o voto passa a ser facultativo.
- e) A carteira emitida pelos órgãos criados por lei estadual, controladores do exercício profissional, é documento autorizado para alistamento eleitoral.

### **Questão 3**

As hipóteses de cancelamento de inscrição do eleitor e sua exclusão estão previstas no Código Eleitoral. A respeito das hipóteses, assinale a alternativa incorreta:

- a) O artigo 5º do Código Eleitoral previa, originalmente, serem inalistáveis os analfabetos, porém a EC 25/1985 suprimiu essa possibilidade, portanto, hoje, os analfabetos possuem capacidade eleitoral ativa.
- b) A condenação criminal irrecorrível, enquanto durarem seus efeitos, é causa de suspensão dos direitos políticos.
- c) Quando o falecimento de eleitor se constituir de fato público e notório, a exclusão não poderá se processar de ofício.
- d) A recente legislação eleitoral prevê o cancelamento do título eleitoral se o eleitor deixar de votar em três eleições consecutivas, não pagar a multa ou não justificar a ausência.
- e) Perda a nacionalidade, perde-se os direitos políticos.

### **Questão 4**

O registro de candidatos se constitui uma etapa jurisdicional dentro da fase preparatória do processo eleitoral. Registrados, os candidatos assumem essa condição em caráter oficial, terminando o que politicamente se convencionou chamar de “candidato a candidato”. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) O estatuto do partido político deverá dizer quem compõe as respectivas convenções e quem, nelas, poderá votar, estabelecendo os respectivos quóruns. Trata-se de matéria exclusiva de sua organização e funcionamento e, sobre ela, a sigla tem plena autonomia.
- b) As convenções partidárias deverão ser realizadas dos dias 20 de julho a 05 de agosto.

- c) Faz parte do rol de documentos para registro de candidatura o título eleitoral e ata da convenção partidária, vedada para as duas hipóteses, o uso de cópia.
- d) Se o pedido de registro de candidato for formulado por coligação, deve ele ser subscrito pelos presidentes dos partidos políticos, por seus delegados, representante da coligação ou juiz eleitoral da circunscrição.
- e) A declaração de bens do candidato, da qual precisa constar a origem e as mutações patrimoniais, objetivam constituir-se prova em eventual e futuro processo de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, confrontando-se a situação de seu patrimônio anterior à eleição e suas mutações durante o mandato.

### **Questão 5**

Acerca das alterações promovidas pela edição da Lei 13.165/2015, assinale a alternativa correta:

- a) A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 20 de julho a 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em quarenta e oito horas em qualquer meio de comunicação.
- b) No caso de as convenções para a escolha de candidatos não indicarem o número máximo de candidatos, os órgãos de direção dos partidos respectivos poderão preencher as vagas remanescentes até vinte dias antes do pleito.
- c) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse, inclusive quando fixada em dezoito anos, hipótese em que será aferida na data-limite para o pedido de registro.
- d) Até vinte dias antes da data das eleições, os Tribunais Regionais Eleitorais enviarão ao Tribunal Superior Eleitoral, para fins de centralização e divulgação de dados, a relação dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, da qual constará obrigatoriamente a referência ao sexo e ao cargo a que concorrem.
- e) Os limites de gastos de campanha, em cada eleição, são os definidos pelo Tribunal Superior Eleitoral com base nos parâmetros definidos em emenda constitucional publicadas em ano eleitoral.

### **Questão 6**

A Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95) sofreu importantes alterações provocadas pela Lei 13.165/2015. Assinale a alternativa que não corresponde devidamente a essas alterações:



- a) Somente será admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por mais de um terço dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.
- b) Considera-se justa causa para a desfiliação partidária grave discriminação pessoal.
- c) Somente será admitida a fusão ou incorporação de partidos políticos que hajam obtido o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral há, pelo menos, 2 (dois) anos.
- d) A desaprovação das contas do partido implicará exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de até 20% (vinte por cento).
- e) Do total do fundo partidário, 10% (dez por cento) serão destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que atendam aos requisitos constitucionais de acesso aos recursos do Fundo Partidário e 90% (noventa por cento) serão distribuídos aos partidos na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

### **Questão 7**

A prestação de contas de campanha deverá ser feita no caso dos candidatos às eleições majoritárias, na forma disciplinada pela Justiça Eleitoral e no caso dos candidatos às eleições proporcionais, segundo as normas da Lei das Eleições. A respeito da prestação de contas, assinale a alternativa incorreta:

- a) As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo próprio candidato.
- b) Está dispensada de comprovação na prestação de contas a cessão de bens imóveis, limitada ao valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por pessoa cedente.
- c) Os valores transferidos pelos partidos políticos oriundos de doações serão registrados na prestação de contas dos candidatos como transferência dos partidos e, na prestação de contas dos partidos, como transferência aos candidatos, sem individualização dos doadores.
- d) A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas impede a diplomação dos eleitos, enquanto perdurar.
- e) A decisão que julgar as contas dos candidatos eleitos será publicada em sessão até três dias antes da diplomação.

**Questão 8**

A Lei 13.165/2015 provocou inúmeras alterações no Código Eleitoral (Lei 4.737/1965). Sobre essas mudanças, assinale a alternativa que é compatível com essas mudanças:

- a) O eleitor que sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá obter passaporte, salvo se ele, no exterior, requerer novo passaporte para identificação e retorno ao Brasil.
- b) Da homologação da respectiva convenção partidária até a diplomação e nos feitos decorrentes do processo eleitoral, não poderão servir como juízes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge ou o parente consanguíneo ou afim, até o quarto grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.
- c) O prazo de entrada em cartório ou na Secretaria do Tribunal, conforme o caso, de requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às dezenove horas do dia 05 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- d) Estarão eleitos, entre os candidatos registrados por um partido ou coligação que tenham obtido votos em número igual ou superior a 10% (dez por cento) do quociente partidário, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.
- e) Os Tribunais Regionais Eleitorais deverão, a cada eleição, expedir instruções aos Juízes Eleitorais para orientá-los na escolha dos locais de votação, de maneira a garantir acessibilidade para o eleitor com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive em seu entorno e nos sistemas de transporte que lhe dão acesso.

**Questão 9**

Sobre a revisão do eleitorado, julgue as assertivas e assinale a incorreta:

- a) Não será realizada revisão de eleitorado em ano eleitoral, salvo em situações excepcionais, quando autorizada pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- b) Quando houver denúncia fundamentada de fraude no alistamento de uma zona ou município, o Tribunal Regional Eleitoral poderá determinar a realização de correição.
- c) Quando o total de transferências de eleitores ocorridas no ano em curso for dez por cento superior ao do ano anterior, enseja, por si só, a revisão do eleitorado.
- d) O Tribunal Regional Eleitoral, por intermédio da Corregedoria Regional, inspecionará os serviços de revisão.
- e) O juiz eleitoral poderá determinar a criação de postos de revisão.

**Questão 10**

Será admitido o restabelecimento de inscrição cancelada por equívoco, em virtude de comando equivocado dos códigos abaixo, exceto:

- a) Cancelamento - revisão de eleitorado
- b) Suspensão dos direitos políticos
- c) Cancelamento – falecimento
- d) Cancelamento - sentença de autoridade judiciária
- e) Todas estão incorretas.